

OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO: OS ATOS REMEMORATIVOS EM TORNO DO DIA 31 DE MARÇO DE 1964

FABIANE COSTA OLIVEIRA*

1964. A conjunção desses algarismos assumi para todos nós a indicação de uma data. Mas o que são datas? Para Alfredo Bosi (1992), datas são pontas de *icebergs*. E um navegador sabe a importância dessas balizas naturais de gelo visíveis a olho nu e a grandes distâncias. Afinal, na ausência dessas balizas naturais que cintilam até sob a luz noturna das estrelas, como evitar que a nau se espedace de encontro às massas submersas que não se vêem? As pontas de *icebergs* importam ao navegador muito menos pelo que revelam e muito mais pelo que ocultam. Assim são as datas para os historiadores.

Embora a memória careça de nomes e de números, a força e a resistência destes últimos residem nas massas ocultas de que as datas são índices. Dito de outra forma: “Vêm da relação inextricável entre o acontecimento, que elas fixam com a sua simplicidade aritmética, e a polifonia do tempo social, do tempo cultural, do tempo corporal, que pulsa sob a linha de superfície dos eventos” (BOSI, 1992: 19). Uma vez separadas das massas submersas, as datas pouco ou nada têm a anunciar. Para melhor expor essa tese, Alfredo Bosi (1992: 32) apresenta-a sob a forma de uma indagação: “o que seriam hoje as datas, aquelas pontas de *icebergs*, se fossem cortadas e destacadas das suas massas submersas?” Como resposta para essa indagação, ele afirma que as datas seriam “blocos soltos, blocos erráticos que vagariam na superfície crespada das águas e, chocando-se uns nos outros, se destruiriam no mar cruel da contemporaneidade.”

A reflexão de Alfredo Bosi a respeito das datas, em especial, de como essas assumem diferentes sentidos na construção do tempo histórico, interessa ao presente trabalho na medida em que se tem por objeto de investigação os atos rememorativos em torno dos acontecimentos ocorridos em 1964. Atos esses que, há quase 50 anos, se fazem presentes nos discursos políticos, nos debates acadêmicos e nos meios de comunicação. Para a realização

* Professora de História do Instituto Federal de Goiás (IFG), campus Goiânia, mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca, e doutoranda em História pela Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Profa. Dra. Lucília de Almeida Neves Delgado.

dos propósitos a que se destina esse texto, ao ano de 1964, procede-se outro recorte: a data de 31 de março. Data essa que, uma vez associada ao ano em destaque, nos remete a um evento marcante da história contemporânea brasileira. Qual seja? A deposição do governo de João Goulart, promovida pelas Forças Armadas, que contaram tanto com o apoio internacional quanto com a parceria com partidos políticos, segmentos e organizações da sociedade civil brasileira que se opunham abertamente à opção política do então presidente (DELGADO, 2009). À deposição de Goulart, seguiu-se um regime de exceção que persistiu no Brasil por 21 anos sob a condução política dos militares.

Não obstante o dia 31 de março de 1964 tenha se tornado o marco símbolo do evento político da história brasileira ora referido, o mesmo não se afirmou sem disputas. Concorrendo com essa data, viu-se insurgir como possível marco da derrocada de João Goulart o dia 1º de abril de 1964. Data essa avaliada, por alguns, como mais representativa do evento em questão por ser ela o dia em que Goulart, ao negar-se a aceitar as exigências das tropas rebeladas, acabou por deixar o Palácio Laranjeiras e seguiu rumo à Brasília – atitude interpretada por seus opositores como capitulação ou mesmo renúncia do cargo de Presidente (FERREIRA, 2008b). O fato relacionado ao dia 1º de abril de 1964 não deixava dúvida para os opositores do então Presidente quanto à representatividade da vitória das tropas rebeladas.

Todavia, uma questão se impôs: como admitir como marco símbolo de um movimento, que pretendia ser reconhecido como revolucionário, uma data que coincidia com o dia em que o imaginário popular brasileiro consagrava ao “dia da mentira”? O problema em questão não deixou alternativa aos rebelados senão a eleição da data 31 de março como o marco da “Revolução”¹ que resultou na queda de Goulart. Essa disputa entre as datas é apresentada pela pesquisadora Caroline Silveira Bauer quando a mesma afirma em seu texto que:

¹ De acordo com consulta à documentação, o termo “Revolução” apareceu, recorrentemente, nos discursos de posse dos Presidentes da República, representantes das Forças Armadas. Ainda no pós-golpe civil-militar de 1964, foi possível observar o uso desse termo nos discursos de parlamentares, ligados, primeiro, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e, depois de 1979 quando então houve a aprovação da Lei Orgânica dos Partidos, ao PDS (Partido Democrático Social). Ambas as organizações políticas partidárias tidas como situacionistas. Os meios de comunicação também fizeram uso desse termo, fosse para expressar apoio, fosse por estar submetido ao Estado de exceção.

Enquanto os militares designavam o dia 31 de março como início da autoproclamada “Revolução”, setores oposicionistas afirmavam – e ainda afirmam – que o golpe fora dado no dia 1º de abril, mas que a data não poderia ser assumida pelos militares, pois este dia, no Brasil, é conhecido como “dia dos bobos”. (BAUER, 2011: 14).

Eleita a data, coube aos rebelados imprimir na memória coletiva nacional o sentido de “Revolução” que o movimento, inaugurado no dia 31 de março de 1964, almejava ser dignitário. Todavia, a história evidenciou que o sentido revolucionário que se quis vincular a essa data não ocorreu sem questionamentos. Desse modo, à definição do referido marco de origem, seguiu-se uma disputa entre os significados “Revolução” e “Golpe”. É importante apontar que essa disputa de significados não afetou o poderio do dia 31 de março como marco histórico. Apesar do processo de ressignificação ocorrido, sobretudo, a partir do crescimento dos movimentos sociais de oposição ao regime militar, a força simbólica que assumiu a referida data para a história política brasileira é inquestionável. Pois, nem mesmo os esforços, encaminhados, sobretudo, pelos meios acadêmicos², no tocante à desconstrução simbólica do 31 de março foram capazes de afirmar o “dia da mentira” como marco da ascensão dos militares no poder e, conseqüentemente, da interrupção da legalidade democrática.

Ainda sobre a disputa entre os significados “Revolução” e “Golpe” para o dia 31 de março de 1964, constatou-se que a mesma se fez evidenciada logo no discurso de posse do então presidente da República, Castelo Branco. Vejamos:

Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras. Foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado. (CASTELO BRANCO, 1964b: 13, grifos nossos).

² Caio Navarro de Toledo pode ser tido como um dos representantes do meio acadêmico que se esforçou em suas análises no sentido de promover a substituição da data marco 31 de março pelo dia 1º de abril para a comemoração do golpe civil-militar. Para mais, consultar texto do referido autor, intitulado *45 anos do Golpe no Brasil*, publicado em 30 de março de 2009, pelo portal do PT/Fundação Perseu Abramo.

Com base no fragmento em destaque, percebe-se a estratégia política de Castelo Branco em afirmar o dia 31 de março como sendo uma “Revolução” e não um “golpe de Estado”. E, enquanto “Revolução”, mostrou ser, nas palavras do então presidente, o desejo de toda a nação brasileira. Também se faz evidente que a defesa em torno do significado de “Revolução” foi construída associada à outra defesa: a garantia da restauração da legalidade, supostamente perdida nos tempos de Goulart. Para tanto, os ditos revolucionário de 1964 diziam ser leis à Constituição e aos ideais democráticos. Conforme Daniel Aarão Reis,

As direitas no poder, enquanto durou a ditadura militar, esmeraram-se em cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção. Para isso mobilizaram-se meios propagandísticos e educacionais. O esforço, no curto prazo, teve resultados apreciáveis, sem dúvida. A partir de um certo momento, já todos, ou quase todos, passavam a se referir ao golpe militar, que de fato se verificava, como revolução, como os golpistas gostavam de referir a intervenção militar. (REIS, 2007: 39-40, grifos do autor).

Esse discurso da lealdade à Constituição e à democracia pode ser observado no pronunciamento de Castelo Branco, realizado no dia em que foi eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional:

Agora, espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas, nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do Movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o Povo inteiro e as Forças Armadas, na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social. (CASTELO BRANCO, 1964a: 11, grifos nossos).

E, no dia de sua posse, seguiu dizendo:

Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um Governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. (CASTELO BRANCO, 1964b: 12, grifos nossos).

As investigações promovidas por alguns historiadores trouxeram para os seus campos de análise esse zelo legalista, como também democrático, tão anunciado pelos discursos dos opositores de João Goulart. Jorge Ferreira pode ser apontado como um representante desse grupo de historiadores. Em um de seus artigos, *Crises da República*, ele

buscou formular hipóteses que pudessem evidenciar possíveis respostas para o fato das crises de 1954, 1955 e 1961 não terem resultado na interrupção da experiência democrática do pós-1946. A projeção de respostas para essa indagação era tida como fundamental para que ele pudesse chegar à conclusão sobre um segundo e principal problema: porque a crise de 1964, ao contrário das anteriores experienciadas no pós-1946, teria posto fim à vivência democrática brasileira? Para ele, a resposta para tal estaria no fato da “bandeira da legalidade” ter saído das mãos dos trabalhistas e das esquerdas e ido para as mãos dos conservadores e da extrema-direita. Acompanhemos a síntese do pensamento desse historiador:

Nas crises de 1954, 1955 e 1961, a bandeira da democracia e da legalidade estava nas mãos dos trabalhistas e das esquerdas. Não se tratava de lutar por reformas, mas, sim, de garantir os preceitos constitucionais. Daí as vitórias que obtiveram diante das investidas da extrema-direita golpista. Somente na última crise da República inaugurada em 1946, em março de 1964, o quadro político seria diverso. Preocupados em implementar as reformas a qualquer preço, na “lei ou na marra”, as esquerdas passaram a denunciar o regime democrático, sobretudo o conservadorismo do Congresso Nacional, como um empecilho para viabilizar o conjunto de mudanças que exigiam, sobretudo a reforma agrária. Nesse sentido, a bandeira da legalidade mudou de mãos. Em defesa da Constituição, da ordem legal e da democracia, os conservadores e a extrema-direita conseguiram arregimentar as tropas e mobilizar grandes contingentes sociais. Diversamente das crises anteriores, as direitas defenderam, pelo menos em termos retóricos, a ordem democrática. O resultado foi a vitória, relativamente fácil, nos primeiros dias de abril de 1964. (FERREIRA, 2008a: 338-339).

Posto isso, é preciso ainda anotar que essa disputa entre o sentido de “Revolução” e “Golpe” para a ascensão dos militares no poder não se esgotou nos primeiros tempos do governo de Castelo Branco. Ao contrário, ela se fez presente de modo intenso em cada ato rememorativo do dia 31 de março, promovido no período de vigência do regime de exceção no Brasil. Para chegar a essa conclusão, foram consultados os discursos proferidos, entre os anos de 1965 e 1984, pelos Presidentes da República quando da comemoração dos feitos executados pelas Forças Armadas, com apoio de segmentos civis, no dia 31 de março de 1964.³ A consulta dessa documentação indicou que, por longos vinte anos, salvo os anos de 1968, 1979, 1981 e 1983, os militares comemoraram os aniversários da “Revolução”.⁴

³ Esses discursos encontram-se disponíveis para consulta pública no seguinte link: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>>.

⁴ Para os propósitos pretendidos por esse trabalho, faz-se uma distinção entre rememoração e comemoração. Essa distinção é ancorada nas reflexões encaminhadas por Paul Ricoeur. Para esse filósofo, segundo análises de

As comemorações de marcos históricos nacionais, empreendidas pelo Estado, fazem-se por intermédio de um processo rememorativo dos acontecimentos passados. Esse processo rememorativo abre um campo de possibilidades para que os atos comemorativos arquitetem significações diversas para o uso do presente. Significações essas arquitetadas a partir do uso e da manipulação da memória. Na perspectiva de Ricoeur (2007: 458), “as comemorações ratificam a lembrança incompleta e seu fundo de esquecimento”. Diante disso, tem-se que a manipulação da memória, ou mesmo a utilização deliberada do esquecimento, se opera por meio do caráter seletivo da própria memória. “Ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro” (RICOEUR, 2007: 459). Nas palavras de Helenice Rodrigues da Silva,

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objetos de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos, etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras [...], e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais [...]. Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para o uso do presente. (SILVA, 2002: 432).

Nesse sentido, os atos comemorativos, que ocorrem no tempo presente, expõem os usos políticos do passado, da história. Afinal, a história, assim como a memória, é passível de manipulação⁵. De acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado,

O conhecimento histórico e também a memória são campos sempre permeáveis aos interesses dos sujeitos individuais e coletivos, que atuam nas diversas conjunturas, nas quais o homem constrói o processar da História. São também terrenos férteis para expressão de disputas políticas, sociais e, sobretudo, de registros das práticas de exercício do poder. (DELGADO, 2009: 126).

Com base no exposto, tem-se que a significação histórica do ato fundador da emergência dos militares no poder, cristalizado na memória coletiva por intermédio da data

Helenice Rodrigues da Silva (2002), enquanto a rememoração é parte de um processo de elaboração individual, a comemoração é um trabalho de construção de uma memória coletiva. Nesse sentido, assume-se que os atos rememorativos de 31 de março de 1964, executados ao longo da vigência do Estado de exceção, tiveram o propósito explícito de comemorar e não apenas rememorar.

⁵ Para mais, ler o texto de Giovanni Levi, intitulado *Le passé lointain. Sur l'usage politique de l'histoire* (2001).

31 de março de 1964, é dada a partir das questões evidenciadas pelo presente da comemoração. Isso posto, assume-se que:

Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar [...] que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade⁶, projetando-se em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica. (SILVA, 2002: 436).

No concernente aos anos em que não foram encontrados vestígios de atos dedicados à comemoração do aniversário da “Revolução”, entende-se que, para o ano de 1968, a explicação para o não pronunciamento presidencial no dia 31 de março esteja relacionada à morte do estudante Edson Luís, no dia 28 de março. Morte essa ocasionada por uma ação mal sucedida dos policiais militares quando de uma manifestação estudantil contra as péssimas condições da alimentação oferecida no restaurante universitário carioca, por eles chamados de Calabouço.

À violenta repressão policial a essa manifestação, seguiu-se uma série de reações da sociedade civil de oposição aos excessos cometidos pela ordem vigente. Para citar apenas aquelas ocorridas próximos ao dia 31 de março, têm-se: no dia 29 de março, 50 mil pessoas acompanharam o enterro de Edson Luís no Rio de Janeiro; em 1º de abril, assistiu-se a ocupação dos estudantes à Universidade de Brasília em protesto a invasão policial ocorrida nessa instituição, bem como a passeatas no Rio de Janeiro, que resultou em uma morte e em vários presos e feridos, em Belo Horizonte, em Goiânia (que também teve como saldo uma morte), em Fortaleza, Florianópolis e em inúmeras cidades do interior paulista; no dia 4 de abril, quando da missa de 7º dia de Edson Luís, padres formaram um cordão de isolamento

⁶ De acordo com François Hartog (1996: 132), “Um regime de historicidade não é uma entidade metafísica, descida do céu, mas um quadro de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo que permite e que proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo instaurado, um regime de historicidade reformula, ‘recicla’ elementos anteriores da relação com o tempo, para fazê-los dizer outra coisa de maneira diferente (tal como a *historia magistra* retomada pelo cristianismo e historiadores medievais). A passagem de um regime a outro conduz a períodos de cruzamentos: o período revolucionário é um bom exemplo disto. Um regime, enfim, não existe jamais em estado puro.”

para proteger os estudantes da ação da cavalaria na saída da missa na Candelária – o que não impediu a prisão de manifestantes (PONTES; CARNEIRO, 1998).

Essas reações da sociedade civil conseguem dimensionar a tensão daqueles dias que antecederam e sucederam a data eleita como marco de origem da chamada “Revolução”. Eram dias de tensão e de forte clima contestatório às forças repressoras do governo militar. Portanto, o presente inspirava cuidados para com o ato de reviver de forma coletiva a memória dos acontecimentos de 1964. Afinal, como comemorar uma “Revolução” que se propunha defensora da Constituição, da legalidade, da justiça e da democracia em um contexto de publicização da flagelação desses mesmos ideais e valores por parte dos próprios protagonistas do dia 31 de março? Diante dessa constatação, os militares optaram pelo silêncio.

Quanto aos anos de 1979, 1981 e 1983, a explicação para a ausência de atos comemorativos do feito “revolucionário” de 1964 pode ser relacionada à decisão do presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) em reafirmar o projeto de abertura política, iniciado no governo de Ernesto Geisel. Pois, em tempos de reafirmação do projeto de distensão lenta, gradual e segura, a memória em torno do dia consagrado à “Revolução” perdia espaço para a defesa da reimplantação do sistema democrático no país⁷. E isso ocorria na medida em que se assistia na sociedade brasileira a dessacralização do zelo democrático outrora conferido ao movimento dito revolucionário, que a data 31 de março fora construída

⁷ Fala-se em “reimplantação” e não em “implantação” do sistema democrático no Brasil por entender que o período de 1946 a 1964 pode ser avaliado como sendo de efetiva experiência democrática. Todavia, essa experiência não ocorreu sem paradoxos. Paradoxos traduzidos pela “dicotomia de continuidade na transformação ou, mais precisamente, de transformações com permanências” (DELGADO, 2008: 131). Ou seja, apesar das ações no pós-1946 destinadas ao desmonte dos princípios autoritários do Estado Novo, pode-se observar nesse processo a conservação de algumas práticas de herança varguista, como: a preservação do modelo sindical corporativista e a perseguição aos comunistas brasileiros, que resultou na cassação do registro do PCB, em 1947. Segundo avaliações de Lucília de Almeida Neves Delgado (2008: 151), “o período de 1945 a 1964 pode ser considerado, sem sombra de dúvida, como um dos mais democráticos da experiência republicana brasileira. Os partidos que nele atuaram animaram a prática da cidadania política, através de articulações, embates eleitorais, manifestação clara dos dissensos, estabelecimento de relações com organizações da sociedade civil, articulação de alianças mais permanentes tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores e formação de coligações conjunturais. Foi uma fase de ampliação das práticas democráticas e de crescimento da inserção da sociedade civil no mundo da política institucional. Foi também uma fase de polarização de interesses, proliferação de organizações políticas e sociais e de profundas transformações históricas.”

como símbolo. Essa dessacralização explica-se a partir da conjuntura política das décadas de 1970 e 1980.

No período em questão, a América Latina foi palco de um intenso movimento de redemocratização, resultando no esfacelamento das ditaduras militares que desde vários anos dominavam o panorama político continental. No caso brasileiro, de acordo com as interpretações de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007: 247), o processo de luta pela democracia e a crise do regime de exceção se fizeram sentir, especialmente, a partir de dois pontos distintos de ação: “de um lado, a formulação clara de um processo de inserir o Brasil num Estado de Direito, conforme o *Projeto Geisel-Golbery*⁸ e, de outro, a formidável vitória eleitoral do MDB em 1974, o único partido de oposição permitido pelo regime”. Nesse sentido, os principais atores internos em presença no jogo político da abertura foram o grupo militar castelista, constituído em torno de Geisel e Golbery, e as forças de oposição organizadas em torno do MDB (Movimento Democrático Brasileiro)⁹. Essas últimas contaram com a presença da sociedade civil organizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade. Reunidos, esses segmentos sociais desempenharam um

⁸ O Projeto Geisel-Golbery consistia na defesa de uma imediata reconstitucionalização do regime militar, tendo como meta a distensão lenta, gradual e segura. Ao explicar a meta em questão, o general-presidente Ernesto Geisel assim se pronunciou: “Por que ela tem que ser lenta: Porque não pode ser uma abertura abrupta. Porque cria um problema maior com a área que é favorável à revolução. Sobretudo a área que havia nas Forças Armadas, que era a tal chamada linha-dura. Ela tinha de ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva” (GEISEL, 1999 apud SILVA, 2007: 262). Segundo análises de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2007: 263), esse projeto de abertura “representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país”. Posto que o mesmo foi idealizado com o propósito de comportar garantias básicas para o regime, como: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; assegurar a escolha do sucessor do próprio Geisel, bem como da execução de uma nova constituição, que não deveria, de maneira alguma, ser fruto de uma constituinte.

⁹ O fato do presente trabalho conferir destaque a esses dois atores políticos do processo brasileiro de abertura não pode ser lido como desconhecimento quanto ao envolvimento de outros atores. Mas, que apenas o grupo militar castelista e o MDB figuram como objetos de análise para os propósitos desse artigo. Para uma reflexão sobre essas e outras questões ligadas à abertura política, consultar o texto *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*, de Francisco Carlos Teixeira da Silva. Nesse texto, o autor, além de por em evidência os atores políticos ora referenciados, menciona o importante papel que a Arena desempenhou nesse processo de distensão: “A Arena, depois PDS, o partido oficial da ditadura, acabou por ser o centro de inúmeras atuações fundamentais para o prosseguimento do projeto de retorno à democracia, inclusive com sua implosão através do enfrentamento José Sarney versus Paulo Maluf, ou com o surgimento de quadros que seriam fundamentais na própria e paradoxal oposição ao regime, como Severo Gomes e Teotônio Vilela.” (SILVA, 2007: 255).

ativo papel de crítica ao regime e, mesmo, ao seu projeto de abertura política (SILVA, 2007). Posto isso, entende-se que o cenário político aqui descrito mostrava-se fértil à emergência e consolidação de outra leitura sobre os atos que levaram à derrubada de Goulart. E, assim, o sentido de “Golpe” foi ganhando força em um terreno antes dominado pela noção de “Revolução”. Com isso, os militares foram fazendo a opção pelo silêncio. Silêncio quebrado durante o governo de Figueiredo, especialmente, em duas ocasiões: 1982 e 1984.

Em 1982, ano de eleições diretas para o Congresso Nacional e para os governos estaduais¹⁰, o presidente Figueiredo se viu obrigado a quebrar o silêncio dos anos anteriores quando do aniversário da “Revolução”. Afinal, era preciso rememorar os “grandes” feitos realizados pelos militares nos 18 anos de governo, que julgavam ter sido eficientes na promoção do “progresso” sócio-político-econômico brasileiro. Assim, o ato de lembrar assumia para os propósitos do regime a forma de propaganda político-eleitoral para o partido da situação: o PDS. Segundo palavras do próprio presidente:

Brasileiros:

Grande parte de nosso povo não viveu as circunstâncias que deram origem ao movimento revolucionário de 31 de março de 1964. Muitos ainda não tinham idade para avaliar o que então acontecia em nosso universo político; outros vieram ao mundo posteriormente. Para que se tenha idéia de quanto mudou daquele acontecimento aos dias de hoje, a dimensão demográfica do Brasil, basta dizer que, nesses dezoito anos, nossa população aumentou em quase cinquenta milhões de pessoas.

Esses compatriotas, que por si sós poderiam formar uma grande nação, precisam tomar consciência, se ainda não o fizeram, do quadro caótico em que, nos idos de março, se pretendia, calculada ou levemente, mergulhar o País. Por inércia e incapacidade, os responsáveis pela administração pública, na órbita federal, haviam reduzido ao completo descabro o sistema econômico e financeiro. As atividades produtivas viviam em permanente sobressalto diante da instabilidade do mercado e da ameaça crônica de novas paralisações do trabalho, advindas dos comandos de greve, encorajados, abertamente, pelo beneplácito oficial. A desordem financeira campeava livremente incutindo na sociedade um sentimento de insegurança não distante do pânico. Os jovens da época não encontravam, nesse contexto, meio seguro de traçar seus caminhos e de planejar seu futuro.

[...]

¹⁰ As últimas eleições diretas para os governos estaduais tinham ocorrido em outubro de 1965. Nessas eleições, a oposição venceu na Guanabara e em Minas Gerais, o que provocou uma forte reação do governo. Como reações, o governo instituiu o Ato Adicional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966, que determinou eleições indiretas para o governo dos estados e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores.

No momento em que entramos na fase mais acesa da luta pré-eleitoral, não é demais lembrar que a Nação, como ficou demonstrado em 31 de março de 1964, quer a tranqüilidade da ordem, exige a conciliação da liberdade com a segurança, repudia as maquinações da esquerda radical; está disposta a defender, intransigentemente, a cidadela da democracia liberal, da democracia pluralista, da democracia econômica, da democracia social, da democracia humanista, da democracia autenticamente brasileira, que estamos construindo e de cujo caminho nada me desviará. (FIGUEIREDO, 1982: 89-90; 93).

Um segundo momento de quebra do silêncio no governo de Figueiredo ocorreu em 1984 quando da efervescência do movimento pelas Diretas-Já. Ao traçar uma avaliação sobre a campanha Diretas-Já, a historiadora Lucilia de Almeida Neves Delgado afirmou que:

A campanha Diretas-Já constituiu um movimento suprapartidário que reuniu os principais partidos de oposição ao regime militar em torno da bandeira de retorno das eleições diretas para presidência da República. Dentre os partidos oficiais que participaram da campanha destacaram-se: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que formaram o Comitê Nacional Partidário Pró-Diretas. Também contribuíram para difusão do movimento o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), naquela época ilegais.

Inúmeras organizações da sociedade civil somaram-se às mobilizações pelas diretas e contribuíram, de forma efetiva, para sua crescente ampliação. Dentre elas destacaram-se a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, além de inúmeros sindicatos e associações profissionais. (DELGADO, 2007: 414).

Heterogêneo e despersonalizado, o movimento pelas Diretas-Já foi constituído, portanto, por uma frente suprapartidária que se uniu para coordenar, junto com entidades da sociedade civil, uma peculiar e importante campanha cívica. Essa campanha cívica foi caracterizada por empolgantes mobilizações populares, que ocuparam os espaços públicos das cidades brasileiras, fossem através de passeatas, fossem por meio de comícios. A primeira passeata em prol de eleições diretas para Presidente da República de que se tem registro ocorreu em 15 de junho de 1983. Nessa data, cerca de cinco mil pessoas desfraldaram no ginásio Popular em Goiânia a bandeira das Diretas-Já. A partir desse dia, inúmeras e sucessivas manifestações foram organizadas por todo o Brasil e assim permaneceu até o dia de votação, pela Câmara Legislativa Federal, da Emenda Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas para o sucessor do então presidente Figueiredo (DELGADO, 2007). Contudo, a despeito da intensa participação civil nesse processo político, a votação do dia 25 de abril de

1984 não correspondeu às expectativas do povo que havia inundado praças e ruas em torno das Diretas-Já¹¹.

Assim, em meio a essa campanha cívica, o governo da chamada transição sentiu a necessidade de mais uma vez reviver de forma coletiva a memória do dia 31 de março de 1964 como um acontecimento desejado pela nação brasileira. Conforme palavras do próprio presidente:

O movimento de março de 1964, como ficou dito na sua declaração de princípios, não traduziu o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. Teve por objetivo assegurar ao novo governo os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. De maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependiam a restauração da ordem interna e o nosso prestígio internacional. Para isso, consoante deixou assentado, precisava institucionalizar-se, a fim de limitar desde logo os plenos poderes de que dispunha. (FIGUEIREDO, 1984: 43).

Todavia, a conjuntura política exigia uma ação que fosse além da sacralização dos valores e ideais propugnados pelo dito movimento revolucionário de 1964. Era preciso justificar as razões que levavam o governo militar a se opor às eleições diretas para Presidente da República. E, assim, Figueiredo fez:

Entendo que, nas circunstâncias atuais da sociedade brasileira, o caminho mais adequado para atingir a plena institucionalização democrática do País é o indicado pela própria Constituição, que prevê modos eficazes para sua modificação e aperfeiçoamento. Poderes constituintes possui o atual Congresso Nacional, posta a questão em termos de reforma da Carta Magna, segundo a tramitação nela estabelecida.

Cumpra ao Governo definir posição sobre a forma da escolha do futuro Presidente da República. A eleição direta é inoportuna no momento, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro.

Minha posição quanto às eleições indiretas, para escolha do meu sucessor, está limpidamente definida em discurso que proferi perante a primeira convenção nacional do Partido Democrático Social, realizada em Brasília, a 30 de novembro de 1980. Ao referir-me às eleições de 1982, frisei “nesse dia, vamos conquistar a maioria das câmaras municipais e das prefeituras. Das assembleias legislativas e dos cargos de Governador. Da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E, conseqüentemente, legitimamente a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá meu sucessor”.

¹¹ Conforme Delgado (2007: 412), “foram 298 votos a favor, 65 contra, 113 deputados ausentes e três abstenções. Faltaram 22 votos para que fosse alcançado o quorum qualificado de 2/3 estabelecido para a aprovação de emendas constitucionais”.

O mundo político não ignorava, portanto — antes se achava certo disso —, que, nas eleições de 1982, estava em jogo a escolha, pelo voto, do Colégio Eleitoral a quem competia eleger o novo Presidente da República.

A extinção desse alto Colégio, escolhido livremente e com mandato irrenunciável, violentaria compromisso político legítimo contra o qual, antes do resultado da eleição, nada se levantou. Coisa que agora, no entanto, injustificadamente se faz.

Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios e oportunistas, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. Trata-se de forma legítima de escolha do Chefe-de-Estado, consagrada pela grande maioria das nações democráticas.

Manterei, pois, a eleição indireta, para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional, que proporei, não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, reclamada pela tranquilidade da Nação, e atende a exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional. (FIGUEIREDO, 1984: 45-46).

Apesar do discurso de Figueiredo evidenciar o propósito claro de cristalizar na memória coletiva o passado revolucionário ligado aos acontecimentos do dia 31 de março de 1964, o mesmo não encontrou terreno fértil para prosperar. O 20º aniversário da chamada “Revolução” ocorreu sob o avanço de outra memória: a do “Golpe”. Nesse campo de batalha das memórias, os atores políticos colocavam em disputas os sentidos históricos construídos para explicar a queda de Goulart: golpe ou revolução? No ano de 1984, ao contrário do que se pode observar quando do 10º aniversário da ascensão dos militares no poder¹², a noção de “Golpe” acabou sobrepondo-se à defesa do termo “Revolução” para explicar os acontecimentos inaugurados naquela última noite do mês de março. O pronunciamento do parlamentar Mário Maia, ao contestar o termo “Revolução” usado por Lenoir Vargas, expressa bem essa batalha de memórias:

O retrospectivo histórico que V. Ex^a faz, ligeiramente, no aparte que me honra, mostra que nós conjugamos verbos diferentes e conceituamos também palavras diferentes no que diz respeito à história. O que V. Ex^a chama de Revolução, eu chamo de golpe. De modo que para mim, em 1964, não houve Revolução, houve um golpe político militar que interrompeu o processo democrático brasileiro, cavando um vinco profundo na face da Nação e do qual nós estamos pelejando, até hoje, para sair. E, não sou eu quem diz isso. Quem diz que houve um golpe, uma interrupção do processo democrático no Brasil, são V. Ex^{as}, são os Presidentes que têm presidido o regime que V. Ex^{as} apóiam, porquanto, foi o próprio Presidente Geisel que, depois de tanto fechamento, depois de uma clausura enorme, prolongada, com esse fastio da democracia, do exercício do voto popular para a escolha de nossos representantes, para Prefeitos, para Deputados, para

¹² Ao consultar os anais do Senado no ano de 1974, observou-se o uso maciço do termo “Revolução” nos discursos proferidos pelos parlamentares.

Governadores, para Presidente da República e, até para Senadores da República, também, como V. Ex^a se referiu ainda há pouco de vez que V. Ex^a foi eleito, uma vez, Senador pelo processo direto e, outra vez, foi escolhido pelo processo indireto. E eu chamava, naquela época permita-me a irreverência - também em 1967, houve outro golpe militar, foi um golpe dentro de um golpe. O Presidente Geisel deu um golpe dentro do golpe que já havia foi o terceiro ou quarto golpe dentro do processo militar. E foi um golpe tão duro quanto o AI-5 e o AI-1 e AI-2 e os outros AIs, que chegaram até o 5, porque modificaram profundamente as normas democráticas constitucionais, não para melhor, mas para pior e subtraíram as liberdades de escolha do povo brasileiro. Portanto, V. Ex^a fez uma remissão dentro de uma estrutura rígida, dentro de uma estrutura de anormalidade democrática, sob a égide dos atos institucionais e dos atos complementares.

[...]

Então, se há uma proposta de abertura é porque o regime estava fechado e regime fechado é ditadura, e ditadura se instala através de golpe. Em 1964 houve um golpe político militar que fechou o regime democrático do Brasil e que nós agora estamos pelejando para sair dele, com muita dificuldade e penúria. (BRASIL, 1984, Livro 2: 383).

Nesse jogo de lembrar e esquecer próprio à construção da história nacional, os abusos da memória são perceptíveis. Abusos esses que se revelam tanto pelo excesso quanto pela falta da memória. Concordando com essa premissa, Helenice Rodrigues da Silva (2002: 431) afirma que: “ao lado de um trabalho da lembrança, necessário à preservação da identidade nacional, um trabalho do esquecimento, visando a um justo equilíbrio da distância temporal, torna-se portanto, segundo Ricoeur, inevitável.” E, ao tratar da relação história e memória, a autora chama a atenção para o fato desses abusos estarem vinculados às manipulações da história. Essas manipulações realizam-se, de um lado, por meio de seleções do que lembrar, do que esquecer e mesmo do que se faz necessário pôr em silêncio. De outro, essas mesmas manipulações podem ocorrer a partir de falsificações desse passado. Falsificações que se mostram possíveis na medida em que o trabalho com o tempo outro, o tempo morto, é executado no tempo presente por intermédio da lida com rastros, que são, segundo Ricoeur (2007), a presença de uma ausência.

Ao trazer à discussão os usos e os abusos do esquecimento, Ricoeur (2007: 455) propôs o seguinte questionamento: “Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento?”. Como resposta, assumiu a explicação que se segue:

[...] por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo,

é impossível narrar tudo. A idéia de narração exaustiva é uma idéia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. (RICOEUR, 2007: 455).

A respeito de abusos do esquecimento quanto aos acontecimentos de 1964, remete-se à forma pela qual o presidente Itamar Franco tratou os 30 anos da tomada do poder pelos militares. Embora ele não tenha emitido nenhuma avaliação sobre esse passado tido como traumático da história brasileira, o seu silêncio veio acompanhado de uma ação, avaliada como reafirmadora do passado autoritário. Exatos 30 anos depois do início do Estado de exceção no Brasil, no dia 31 de março de 1994, o referido presidente promoveu o coronel-médico Ricardo Agnese Fayad a general-de-brigada. O caso não teria gerado espanto se esse coronel-médico não estivesse “respondendo, desde 1988, a processo ético no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) acusado de ter dado apoio técnico às sessões de tortura praticadas entre 1969 e 1974 no Quartel General da Rua Barão de Mesquita” (ZAVERRUCHA, [s/d]: 14).

Essa combinação do silêncio atordoador com o abuso da memória – aqui evidenciado pelo esquecimento do passado recente –, de que o governo Itamar Franco é representativo, possui raízes no processo de reconstrução da sociedade brasileira como nação democrática. Para Daniel Aarão Reis (2004), esse processo se deu a partir da construção dos militares como os únicos e verdadeiros culpados pela ignomínia do arbítrio. Associada à culpabilização dos militares, viu-se, também, emergir no campo da batalha das memórias a noção de que todos resistiram a implantação do Estado de exceção em favor dos valores democráticos. Nesse sentido, a invenção de uma memória sobre a ditadura militar em que todos (ou quase todos) resistiram exigiu esquecimentos uma vez que a deposição de Goulart foi fruto de um golpe civil-militar e não apenas militar. Afinal,

A sociedade brasileira, depois que aderiu aos valores e às instituições democráticas, enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado. (REIS, 2004: 49).

E será exatamente em torno da necessidade desse tipo de esquecimento por parte da sociedade brasileira que Vladimir Safatle irá direcionar suas críticas. Para esse autor, aqueles que defenderam (e ainda defendem) o esquecimento dos excessos do passado da

ditadura militar como o preço pago para a garantia de uma suposta estabilidade democrática revelam, ainda que de modo discreto, uma profunda tendência totalitária. Ele afirma que “a aceitação tácita dessa tese é, na verdade, a verdadeira causa do caráter deformado e bloqueado de nossa democracia” (SAFATLE, 2010: 240). Assume ainda que o caso brasileiro é de “amnésia sistemática em relação a crimes de um Estado ilegal” e não de “esquecimento dos excessos do passado” (SAFATLE, 2010).

Mas, os abusos do esquecimento, de que fala Ricouer (2007), ou a “amnésia sistemática”, como defende Safatle (2010), não ficam restritos ao governo de Itamar Franco. Esses também se revelam em governos que tem por Chefe de Estado um ator político que outrora sofreu com os excessos de um regime de exceção. Quando dos 40 anos do golpe que pôs fim à experiência democrática, o porta-voz da Presidência da República, André Singer, em entrevista coletiva, fez o seguinte anúncio:

“[...] sobre 1964, o Presidente da República me pediu que transmitisse a seguinte mensagem: “devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. A nós corresponde lutar diariamente para consolidar e aperfeiçoar essa democracia reconquistada. Cabe, agora, aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período”. (SINGER, 2004).

Com base no anúncio feito por André Singer, o presidente Lula considerou ser 1964 “um episódio histórico encerrado”, ao mesmo tempo em que delegou aos historiadores de profissão a responsabilidade em “fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período”. E, assim, eximiu, ao menos nesse ato rememorativo de 1964, o Estado da função de elaborar políticas públicas de reparação e memória em relação à ditadura civil-militar brasileira. Interessante anotar que, apesar de ser avaliado por alguns como “um episódio histórico encerrado”, 1964, recorrentemente, vem a público, demonstrando, assim, ser “um passado que não quer passar”¹³. Desse modo, as rememorações em torno do dia 31 de março de 1964 expõem uma obsessão pelo passado. Todavia, de acordo com Temístocles Cézár ([20-]: 1), essa obsessão pelo passado

¹³ Expressão presente no artigo de Ernst Nolte, intitulado *Devant l'histoire. Les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des Juifs par le regime nazi*, publicado em 1988.

não reflete uma idéia de história fundada no que teria de fato acontecido, mas em um regime de historicidade marcado pelo presente. Paradoxalmente, o passado que não quer ou não pode passar, implica em um presente que, igualmente, não passa, que continua, dura, resiste, nos cerca, e cujo significante historiográfico é a história do tempo presente.

Esse presentismo, entendido por Mateus Henrique de Faria Pereira (2011: 57) com base nas reflexões realizadas por Hartog,

é uma relação com a temporalidade, que não exclui outras relações dessa mesma natureza. Nessa relação experimenta-se o presente como dilatado e onipresente, consumido em sua imediatividade; o futuro como fechado e imprevisível, pois desaparece do horizonte; o passado como esquecido ou compulsivamente visitado e/ou historicizado, já que é possível lembrar-se de tudo.

Ao tratar do presentismo e da relação que esse estabelece com a demanda de memória, Hartog (1996: 150) defende que é

possível interpretar a demanda de memória como uma expressão desta crise de nossa relação com o tempo e uma forma de responder-lhe (mas a memória que se reclama e se proclama não é transmissão, mas precisamente reconstrução de um passado ignorado, esquecido, falsificado, ao qual ela deve permitir a reapropriação e até mesmo a reativação). Um dos problemas que se apresentam atualmente é o de restabelecer uma circulação entre o presente e o passado, e também o futuro, sem nos abandonarmos à tirania de nenhum dos três termos.

Posto isso, entende-se que os atos rememorativos de 31 de março de 1964 expressam a demanda de memória que versa Hartog. Desse modo, a memória de 1964, realizada no tempo presente, elabora uma construção de um passado por vezes falsificado, ignorado, esquecido – o que não significa dizer que ela mesma, a memória, também não produza falsificações, esquecimentos ou mesmo silêncios.

Por fim, avalia-se que, nesses quase 50 anos que se seguiram ao dia do golpe civil-militar, os meios acadêmicos, bem como os sistemas de comunicação e alguns segmentos da política institucionalizada, concentraram-se na tarefa árdua de explicarem 1964. Essas explicações, em muitos casos, foram elaboradas sob o impacto dos atos rememorativos do dia 31 de março. Atos esses que se definem pelo balanço obrigatório dos feitos do passado, pela avaliação do presente de realizações frustradas, pela perspectiva de um futuro incerto. Desse modo, o ato de revisitar 1964 permite não apenas (re)significar o passado a partir do presente, mas, sobretudo, construir significações para o presente a partir do passado.

Referências:

BAUER, Caroline Silveira. As políticas de memória e de esquecimento sobre as ditaduras argentina e brasileira através das lembranças dos golpes civil-militares. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, p. 1-16, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299413708_ARQUIVO_textocompleto.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 19-32.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais do Senado*. 47ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa. Atas da 10ª a 24ª sessões. Brasília, DF: Senado Federal; Subsecretaria de Anais, março de 1984. (Livro 2).

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso. Através do rádio e da TV, saudando o povo brasileiro, após ter sido eleito Presidente da República pelo Congresso Nacional. Brasília, 11 de abril de 1964a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view>>. Acesso em: 15 de julho de 2012.

_____. Discurso. Perante o Congresso Nacional, ao tomar posse no cargo de Presidente da República. Brasília, 15 de abril de 1964b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1964/02.pdf/view>>. Acesso em: 15 de julho de 2012.

CÉZAR, Temístocles. *Tempo presente e uso do passado*. [S.I.: s.n.], [20-].

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia: 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 409-428.

_____. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 28, p. 125-145, 2009.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: _____; FERREIRA, Jorge (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (V. 3). p. 127-154.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. (V. 3). p. 301-342.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. (V. 3). p. 343-404.

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. Discurso. Discurso à nação brasileira por ocasião do 18º aniversário da Revolução. Brasília, 31 de março de 1982. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1/1982/28.pdf/view>>. Acesso em: 15 de julho de 2012.

_____. Discurso. Discurso à nação brasileira por ocasião do 20º aniversário da Revolução. Brasília, 31 de março de 1984. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1/1984/13.pdf/view>>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

HARTOG, François. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje?”. Revista *História Social*, Campinas, n. 3, p. 127-154, 1996.

LEVI, Giovanni. Le passé lointain. Sur l’usage politique de l’histoire. In: HARTOG, François; REVEL, Jacques. *Les usages politiques du passé*. Paris: Enquête; EHESS, 2001. p. 25-37.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A história do tempo presente*. Humanidades, Brasília, n. 58, p. 56-64, jun. 2011.

PONTES, José Alfredo Vidigal; CARNEIRO, Maria Lúcia. *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1998.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p. 123-462.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: _____; TELES, Edson (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 237-252.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (V. 4). p. 243-282.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SINGER, André. *Briefing do Porta Voz*. Entrevista coletiva concedida pelo porta voz da Presidência da República. Brasília, DF, 31 março 2004. Disponível em: <<http://www.infoacervo.planalto.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. *45 anos do Golpe no Brasil*. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/45-anos-do-golpe-no-brasil-por-caio-navarro-de-toledo>>. Acesso em: 20 de julho de 2012.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

20

ZAVERUCHA, Jorge. *Sarney, Collor, Itamar, FHC e as Prerrogativas Militares (1985-1998)*. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Zaverucha.pdf>>. Acesso em: 14 de julho de 2012.